



CRÓNICA DO EXÍLIO – Semanário monárquico editado inicialmente em Paris (Rue Laffitte, 7) e, a partir de Março de 1913, em Saint-Jean-de-Luz (Baixos Pirenéus)¹ por **Aníbal Soares**, sob a designação social da “Empresa Editora «Crónica do Exílio»; publicou 39 números entre 31 de Outubro de 1912 e Novembro de 1913², repartidos em 2 volumes³. Impresso na Imprimerie Desfossés (Quai Voltaire, 13, gerida por Ernest Nardot), tinha um número invariável de 12 páginas por número⁴ (com capa de brochura) e era vendido a 0,30 francos cada exemplar avulso (7,5 francos a assinatura semestral, 14 francos a assinatura anual). Divulgado em Portugal por correio, vendia-se em Paris no quiosque junto ao Grand Café do Boulevard des Capucines⁵.

Cartas de um exilado

A ***Crónica do Exílio*** resume-se de forma iniludível nos seus elementos gráficos: capa de brochura em todos os exemplares com a bandeira monárquica, ostentando nome de autor que se repete invariavelmente no fecho de cada número, prosa corrida (sem anúncios ou diversões tipográficas) paginada à maneira de livro, sumário de matérias contidas em cada folheto, todos quase monotemáticos. **Não há nela notícias porque não era órgão noticioso. Era, quase estritamente, a correspondência política que o seu autor único** (não há colaborações, não há correspondentes⁶) — Aníbal Soares — **enviava semanalmente do seu exílio francês**. Como o próprio fez questão de esclarecer, vincando o esforço individual em que esta empresa assentava:

«A ***Crónica do Exílio*** não recebe nem recebeu jamais, sob qualquer forma que fosse, nenhuma espécie de auxílio ou subsídio, nem do *comité* monárquico, nem de ninguém.

A ***Crónica*** vive exclusivamente dos seus recursos próprios e dos da sua reduzida Empresa. [...]

Em quanto ao redactor da ***Crónica***, pessoalmente, apesar de banido do país nas condições em que o foi, ainda, seja Deus louvado, não deixou de poder pelo seu trabalho exclusivo ganhar bastantemente a vida fora da Pátria, sem necessidade de subsídios de qualquer natureza — e não é esse o seu menor orgulho.»⁷

¹ Cf. nº 21, p. 12 e nº 27, p. 1.

² Estes 39 números corresponderam a 32 fascículos: 29 números simples, um número duplo (25 e 26, de 17 e 24 de Abril de 1913) e dois números quádruplos (32 a 35, de Setembro/Outubro de 1913; 36 a 39, de Outubro/Novembro de 1913).

³ O 1º volume compreende os números 1 a 26 e era vendido ao preço de 10,50 Francos ou 2,200 Réis (Cf. nº 27, p. 12). As quatro últimas páginas do nº 26 contêm o índice deste 1º volume.

⁴ Os números duplos e quádruplos multiplicavam exactamente o número de páginas de um número simples.

⁵ Cf. nº 23, p. 12.

⁶ Mas havia cartas dirigidas ao autor, e por duas vezes ele lhes respondeu (CF. nº 3, pp. 1-8, e nº 22, pp. 10-12).

⁷ Nº 24, pp. 10-11.

Aníbal Soares e a imprensa monárquica

Aníbal de Andrade Soares (Lisboa, 1882-1925) foi advogado, ficcionista promissor mas raro (*Pela Terra*, 1901; *Ambrósio das Mercês*, 1903), político (deputado em 1907 pela bancada franquista, eleito novamente à Câmara dos Deputados no período sidonista) e, sobretudo, jornalista de vasto talento com carreira longa na imprensa monárquica. Iniciou-se no jornalismo como colaborador d'*A Província*, do Porto, em 1901, vindo no ano seguinte a colaborar também no número único d'*A Folia* (Coimbra, 1902). Em 1906 encetou uma bem sucedida colaboração com Álvaro Pinheiro Chagas, vindo a ser, nesse e no ano seguinte, redactor-principal e, depois, director-político d'*O Jornal da Noite*, que aquele dirigira. Ainda em finais de 1906, e até 1910, tornou-se redactor-principal do *Diário Ilustrado*, sob a direcção do mesmo Pinheiro Chagas. Colaborou em 1907-1908 no *Diário Nacional*, do Porto.

Em 1910-1911, dirigido ainda por Álvaro Pinheiro Chagas, foi sucessivamente redactor-principal, chefe de redacção e redactor-em-chefe do *Correio da Manhã*, jornal de que foi mesmo co-proprietário⁸. E foi nesta tribuna que teve o embate decisivo com o regime republicano, recém implantado e em fase de afirmação, contra o qual sempre lutara: o *Correio da Manhã* foi assaltado e destruído a 8 de Janeiro de 1911, levando ao exílio os seus responsáveis — Aníbal Soares rumou a Espanha, fixando-se depois em França. Aqui publicou a ***Crónica do Exílio***.

A partir de Abril de 1914, dando sequência ao título anterior, publicou cinco números de uma *Crónica Política*, estranhamente editada no Porto, uma vez que é dado como a residir na Bélgica aquando da deflagração da 1ª Guerra Mundial. Nesse ano colaborou ainda com o *Diário da Manhã*. A invasão de Bruxelas pelas tropas alemãs levou-o a procurar refúgio na Holanda, donde regressou a Portugal em 1915, para dirigir *O Nacional*. No ano seguinte passou a sub-director do *Diário Nacional*, órgão periódico da Causa Monárquica dirigido por Aires de Ornelas, onde se manteve até 1919. Finalmente, em 1921, tornou-se director do *Correio da Manhã*, jornal oficioso da mesma Causa, função que desempenhou até à morte, em 1925⁹.

Plano editorial

A ***Crónica do Exílio*** apresentou-se em continuidade do *Correio da Manhã* com um “Como dizíamos em artigo anterior” (enunciado no sumário), retomando, com dois anos de intervalo, a crítica que o autor lavrava ao regime republicano à época do 8 de Janeiro de 1911:

⁸ A partir de 16 de Dezembro de 1910, em sociedade com o mesmo Álvaro Pinheiro Chagas.

⁹ Cf. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978, vol. 29, p. 310; Mário Matos e Lemos, *Jornais diários portugueses do século XX : um dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, [2006], *passim*; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, vol. III, Mem Martins: Publicações Europa-América, [1994], pp. 267-268; Daniel Pires, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*, Lisboa: Grifo, 1996, p. 165; *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1991, p. 156; *O Portal da História : Documentos Políticos da História de Portugal : Carta de um Velho a um Novo, de Ramalho Ortigão*, nota 4 [online em http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/ramalho_velhoanovo.html#n04].

«Leitor, Bom dia!...

Conta-se dum velho santo, mais ou menos vagamente realista, professor inofensivo no Colégio de França, que obrigado em pleno Terror a cortar a sua lição para fugir a uma alcateia de «patriotas» que o queriam, sem ele saber porquê, enforcar, veio regressado do exílio retomar a sua cadeira de modesto leccionista de História — depois do Thermidor, depois do Directório, depois de Napoleão; e em frente à estátua de Luís XVIII que adornava já a sala, por essa bela manhã de maio de 1814, ajeitando a alta gravata aprendida em Inglaterra, o nosso bom velhote principiou tranquilamente, como sossegada tecedeira que apanha um fio caído:

— Meus senhores, dizíamos na lição antecedente que quando a desordem geral ia cavando a ruína da República de Atenas...

Ora bem. Há dois anos quasi que a República — não a de Péricles, a do senador Faustino — imaginou empalmar os arquivos da História como tem empalmado jóias da Coroa e tesouros de conventos, fazendo materialmente fulminar (pelos raios do Júpiter de Alfama que é o seu deus, e que como tal a criou à sua imagem) os jornais monárquicos, então comentadores pouco menos do que benignos dos despautérios, tropelias e ridículos do desautinadado monstro que sobre o país se abateu, exemplar raro de teratologia moral, grotesco e gingão, Zé Fístula encimado pela cabeça de Calino. [...]

Passados hoje mais de vinte meses sobre o episódio, período terrível assinalado por tanto desastre, por tanta ruína, por tanto sangue, por tanta dor, por tanto luto, aprouve-nos lembrar, leitor distante, aquilo que estávamos dizendo quando uma população criminosa veio cortar com a sua navalha «cívica» — uma arma e um símbolo — o fio da nossa amistosa cavaqueira. Fomos desenterrar duns papéis velhos o último número aparecido desse jornal que afervorava entre nós aquela comunidade de sentimentos, de crenças, de fé, de aspirações e de esperanças que, uma vez que foi estabelecida, plana para sempre inatingível aos sicários da República.

Oh! não discreteávamos eruditamente, como o sábio do Colégio de França, sobre as vicissitudes de Atenas; não falámos dos ociosos intelectuais da Ágora, senão que da vadiagem transplantada dos *cafés de lepes* do Bairro Alto para as responsabilidades da direcção do Estado; — e do alto da nossa primeira coluna lançámos nesse último número, por despedida, este brado sintético e plebeu, um pouco em calão, como convinha a uma República de fadistas:

— NÃO GRUDAM!

E com efeito — já lá vão dois anos! — ainda *não grudaram!*...

Despercebida epígrafe, que então seria para muitos passageira *boutade* de jornalista, senão um desabafo de mal-humorado sectário — quem há hoje que não tenha de tomá-la como sentença profética?...»¹⁰

A luta, portanto, era a mesma, e tanto mais legítima quanto era evidente ao autor a impossibilidade do regime republicano:

«Eis um regime que há mais de dois anos se intentou, implantando-se *in nominen*, pacatamente, por uma manhã de outubro, entre a inconsciência da generalidade e o regozijo de muito velhaco esfaimado, à mistura com o entusiasmo sincero de alguns pobres diabos, que imaginavam chegado o reino da Virtude. As classes aderiram; Marte condescendeu: os oficiais do exército, carregados de fitas verdes e vermelhas, deambulavam pela cidade, agitando vitoriosamente espadas virginais: o povo, transportado, palmeava-os, como no Campo Pequeno aos cavalinhos de cortesias.

Nas províncias, como na capital, as autoridades, civis e militares, transmitiam os seus poderes aos recém-vindos, não só sem resistência, mas sem sequer inquirirem longamente da autenticidade das novas e das ordens, que mensageiros anónimos lhes levavam.

Amanuenses de governos civis, escreventes de câmaras, pela província fora, tomavam de autoridade própria a direcção das repartições — aqui ou além aferrolhando sem protesto os chefes na cadeia; e carbonário houve que montado numa bicicleta a pedalar por aí acima, submeteu ele só, aos cinco e aos seis regimentos de todas as armas, por cada dia de marcha. Os monárquicos, atordoados, criam numa República *ab aeterno*. E como não, se alguns sábios sociólogos de porta de escada lhes diziam sentenciosos,

¹⁰ N.º 1, pp. 1-3.

numa dessas fórmulas palavrosas e desprovidas de sentido, caras às massas — que *isto não voltava para trás?*...

Com efeito, neste conjunto de circunstâncias, um regime que *tivesse que durar* estava evidentemente consolidado desde a hora do seu nascimento. Mas não se contentando em ser tolerada, a República, aliás inadaptável ao país, iniciou a experiência portentosa de adaptar o país ao seu próprio modo de ser, procurando quebrar-lhe a continuidade histórica, desarticulá-lo, destruir-lhe o sentimento de si próprio pela negação ou pelo esquecimento do carácter e da tradição nacionais, e engolfá-lo por fim, assim desfeito, na moral prostibular e na mentalidade degenerativa das camadas revolucionárias.

Para isso o indispensável era isolar, sequestrar a nação, impondo pelo cárcere, pelo exílio ou pela morte o silêncio aos divergentes da vadiocracia triunfante no *chinfrin* de 5 de outubro. E eis como há dois anos a República vem vivendo com todas as facilidades, largamente usadas, de corrupção e de violência, sem propaganda adversa, sem tribuna, sem imprensa livre, sem oposição nem fiscalização parlamentar, tendo todos os seus adversários de destaque expulsos do país ou encarcerados e havendo sufocado, fosse como fosse, dois começos de insurreição.

A acrescentar a estas comodidades, que o próprio absolutismo disfrutou raras vezes em país algum, notem-se, como elementos que teriam facilitado a consolidação do regime — se ela fosse possível — a estabilidade de uma situação cambial relativamente favorável e a ausência de graves embaraços na política externa — pois a República os resolve todos, a cada pontapé das chancelarias oferecendo graciosamente... o mesmo lado.

Pois bem: quem há aí para crêr, hoje, na viabilidade de um regime que após dois anos desta situação excepcionalíssima se encontra — pior do que no primeiro dia! — inorganizado, sem instituições, sem partidos, sem vida política, sem corpo eleitoral e sem um estadista, tão incapaz de recorrer ao sufrágio como de produzir um simples ministério durável e autónomo, sem ordem pública, sem crédito, sem prestígio, abominado, arrastando-se *au jour le jour* à custa de tribunais marciais, de leis de excepção, de perseguições paroxísticas, em cada canto farejando conspirações, em cada portador de recados ou criada linguareira o seu Monk ou o seu Pavia, como em cada falência particular o sinal da derrocada do Estado — e sabendo-se condenado a vegetar tão somente enquanto dure o receio efémero de umas bombas de teatro empunhadas por uns «carbonários» de Offenbach, capazes de todos os crimes singulares perpetrados a coberto da impunidade certa, mas insusceptíveis de resistir ao embate de um pelotão de soldados trazidos à rua pelo primeiro oficial arrojado e ambicioso que se resolva a oferecer uma restauração feita, em lugar de a pedir previamente ao concurso dessa entidade por sua natureza inerte, passiva, mais abstracta do que real, nula em todas as revoluções de todos os tempos e todos os lugares, que se chama — *um País?*...

Dois anos de *cultura intensiva* republicana, sob as mais variadas formas de propaganda; dois anos de corrupção monstruosa e de pressões inauditas; dois anos de monopólio republicano na imprensa, desde o artigo de fundo aos anúncios, nos comícios, no parlamento, nas repartições do Estado, nos tribunais, nas escolas, nos quartéis, nas festas oficiais, nas missões militares, nos espectáculos públicos e nos salsifrés de família, nos banquetes, nas *excursões patrióticas* e em todas as chafaricas de todas espécies onde pode espanejar-se a flor da Asneira. E ao cabo: «Estamos abandonados!» — escreve um caudilho, que ao arrepelar a gaforina produz mortífero cataclismo num pequenino mundo de inocentes e pávidos parasitas. E outro, em voz comicamente cava, de final de melodrama: «Sentimos o vácuo!»...

[...] Eis alguns breves traços autobiográficos do regime republicano em Portugal, e eis também um esquisso das suas mais que precárias condições de vida à data de hoje — sem o povo, que desiludiu e ludibriou, reprimindo, com uma dureza e uma arbitrariedade nunca empregadas sob a Monarquia, as suas primeiras manifestações de desagrado; sem as classes conservadoras afugentadas e perseguidas com uma inabilidade que diz tudo sobre a craveira intelectual dos seus políticos — e tendo por apoio único a canalha, como todos os regimes condenados a não subsistir.»¹¹

Destes dois textos do número inaugural se pode extrair o **plano editorial** da **Crónica do Exílio**:

¹¹ “A República há dois anos e a República de hoje”, n.º 1, pp. 3-7.

- numa perspectiva explícita, denunciar os desmandos republicanos e criticar os seus fautores, pondo a nu um regime que se implantou mas não se estabeleceu, e que após dois anos de vigência em “precárias condições de vida” dava mostras de “não subsistir”;

- em termos implícitos (confirmados não só em textos publicados nesta **Crónica**, mas pelo próprio denodo do autor, que dela fez obra de uma vida) preparar a restauração monárquica que sucederia à inevitável *débâcle* republicana. Como o velho mestre que retoma a lição após passar o que não “gruda”...

Denunciar a República

À vista do “programa” enunciado, não surpreende que **a matéria mais frequente nas páginas da Crónica seja o ataque continuado, e particularmente cáustico, à vida do regime republicano e aos seus protagonistas.**

À propensão inicial para grandes textos de enquadramento sobre a contraposição intrínseca da República a corpos sociais como o Exército e a Polícia¹² ou a Igreja¹³, o autor cedeu rapidamente à crítica feroz, mas menos ampla, centrada em figuras como Correia Barreto¹⁴, Brito Camacho¹⁵, Nunes da Mata¹⁶, Duarte Leite¹⁷, Nunes Loureiro (numa impagável “Carta ao vereador Nunes Loureiro corrido à bofetada e a pargo através das ruas de Lisboa pelo Povo irmão”)¹⁸, Manuel de Arriaga¹⁹, António José de Almeida²⁰, Teófilo Braga²¹ e João de Meneses²². Ou duma assentada ao corpo diplomático republicano: Teixeira Gomes, Sidónio Pais, João Chagas, Augusto de Vasconcelos, Eusébio Leão e Bernardino Machado²³. Mesmo dentro do campo republicano, não deixa o autor de estabelecer a sua ordem de considerações entre figuras similares: Guerra Junqueiro, «um excelente poeta» (mas «um poeta adestrado»), e Gomes Leal, «um poeta de génio», visados numa nota verrinosa que termina em tom pungente:

«Por certo, enquanto o poeta dos *Simplex* se encontra em Berna às ordens de todo o idiota arvorado em ministro dos estrangeiros da República alfacinha, e se engorgita com o que um regime de latrocínio arranca à última miséria da viúva e do órfão — uma subscrição corre os jornais portugueses em benefício de Gomes Leal.»²⁴

Para concluir que «enquanto Gomes Leal canta, o Sr. Junqueiro... *atromba*.»²⁵

Não surpreenderá que o líder republicano mais visado por Aníbal Soares fosse **Afonso Costa**²⁶. O próprio autor confessava a sua preferência:

¹² N.º 2.

¹³ N.º 4.

¹⁴ N.º 2.

¹⁵ N.º 5 e 24.

¹⁶ N.º 5 e 9.

¹⁷ N.º 6 e 10.

¹⁸ N.º 7.

¹⁹ N.º 9, 11 e 27.

²⁰ N.º 9.

²¹ N.º 23.

²² *Idem*.

²³ *Idem*.

²⁴ N.º 19, p. 10.

²⁵ *Idem*, p. 11.

²⁶ N.º 6, 11, 12, 23, 28 e 39.

«Eu por mim, dentro da limitada esfera em que me é permitido exprimir e propalar os meus votos, também quero, de toda a raiz do coração, o sr. Afonso Costa no governo; isto por três ordens de razões principais, de que me proponho submeter aos leitores os breves tópicos.

Eu quero o sr. Afonso Costa no poder, em primeiro lugar por amor da lógica.

A República portuguesa, tal como é pelas circunstâncias que lhe acompanharam a nascença e pelos seus processos e intuitos, não se entende nem faz sentido, senão dirigida de direito pelo sr. Afonso Costa e pela sua conròbia. [...]

Em segundo lugar quero-o no poder, porque o sr. Afonso Costa é o governante ideal... para os seus adversários. [...]

E em terceiro lugar quero-o lá porque, não sendo um democrata senão em termos muito moderados, ou duma maneira que não é a mais corrente, gosto de ver o governo personalizado. O sr. Afonso Costa é a República no que ela tem de mais atrabiliário e violento, mas, no actual estado de coisas, é-o incoercivelmente. Convém que se materialize e se condense em formas palpáveis.»²⁷

Apesar desta personalização, compreensível dos pontos de vista estilístico, propagandístico e, obviamente, político, a **Crónica** não deixou de fazer **referência mais analítica a casos da actualidade nacional**: as perseguições à imprensa monárquica e, concretamente, aos leitores da *Crónica do Exílio*²⁸, a situação dos presos políticos monárquicos²⁹, o julgamento de D. Constança Teles da Gama³⁰, o casamento de D. Manuel II³¹, a tentativa insurreccional de Abril de 1913³², a intentona monárquica de Outubro do mesmo ano³³ ou os preparativos para as eleições de Novembro seguinte³⁴. E ainda, em tom jocoso, a “Carta ao Presidente e aos demais membros de Tribunal Marcial de Chaves”, perante o qual Aníbal Soares foi intimado a comparecer como implicado nas incursões monárquicas:

Por anúncio no Diário do Governo, fora o autor intimado a comparecer perante o Tribunal Marcial de Chaves, onde se julgavam os implicados nas incursões monárquicas, para ser julgado pelo crime de rebelião. O autor declara que não comparecerá pessoalmente ao tribunal (fazendo-se representar pelo próprio órgão **Crónica**), desde logo por razões de grafismo. Opondo-se ao acordo ortográfico de 1911, e grafando o seu nome como “Annibal”, «podia eu muito bem, se quisesse, dar-me por desentendido, visto que não me chamo, como pretende a folha oficial, *Aníbal*, e não autorizei a República a volapukilisar-me o nome, conforme está sangrando, desarticulando e ressequindo o idioma pátrio com satisfação de meia dúzia de filólogomatutos e em homenagem à ignorância doutra meia dúzia de escribas da actual florescência republicana, os quais não tendo conseguido jamais adaptar-se ao português tal como ele era, resolveram criar eles um português simplista e decretá-lo, transmutando-se desde logo em linguagem erudita a nacional grafia antiga dos sapateiros de escada e dos jornalistas fugidos ao exame de primeiras-letras.»³⁵

Mais substantivamente, embora sem negar a sua participação nas incursões, não reconhece autoridade a uma classe militar que reputa de indigna.

²⁷ N.º 6, pp. 2-11.

²⁸ N.º 8 e 10. Neste último número, lamentando-se a indiferença da imprensa independente, não deixa o autor de agradecer a defesa e o elogio dos jornais portugueses *Nação*, *Dia*, *Correio*, *Grito do Povo* e *Povo de Aveiro no Exílio*, e dos estrangeiros *L'Univers*, *Correspondencia d'España*, *A.B.C.* e *El Universo* (n.º citado, p. 12).

²⁹ N.º 13 e 24.

³⁰ N.º 22.

³¹ N.º 24 e 29.

³² N.º 26.

³³ N.º 32, 33 e 37.

³⁴ N.º 35.

³⁵ N.º 8, p. 1.

Preparar a Restauração

Em “Carta a um oficial do Exército sobre a Restauração da Monarquia”³⁶, e perante a afirmativa do citado oficial de que a Monarquia não voltaria, mas a anarquia sim, Aníbal Soares explica que, falhada a República, e sendo a anarquia um estado transitório, a Monarquia seria restaurada.

Do ponto de vista da explanação doutrinária em torno da questão monárquica, este momento editorial marcou um terceiro tempo do avanço da **Crónica** para uma solução de continuidade da causa que defendia. O primeiro desses tempos começou logo ao terceiro número, **com a explicitação da “questão do regime”**:

Aníbal Soares propôs-se responder a uma carta com o seguinte quesito: «No tempo da Monarquia os senhores diziam que a questão da forma do governo era indiferente; que os povos não mudavam com revoluções; que com bons governantes todos os regimes servem. Então agora que a República é um facto consumado, porque é que os senhores fazem questão do regresso à Monarquia? Porque não aceitam o regime e não empregam antes a sua propaganda e os seus esforços em fazer que se mude a *maneira de governar*?»

O autor responde que nunca considerou insignificante a forma do regime, preferindo a Monarquia à República em função de uma «teoria monárquica» que não explicita, e avança para uma consideração “orgânica” do regime monárquico como emanção política natural da especificidade portuguesa: «[...] Se fôssemos tomar em conta o temperamento da raça, o estado da educação cívica do povo e o seu modo-de-ser [sic] político, as condições económicas e financeiras do país, a sua situação geográfica e a sua posição internacional, então a necessidade de destruir a República como condição primária, já não do progresso da Nação, mas da sua mera subsistência, apareceria flagrantemente a quem quizesse meditar por dez minutos o problema posto com estes dados.

[...] O remédio para os males sociais, morais ou económicos que afligem um país, vivendo sob uma forma de governo tradicional, não consiste em lhe mudar esse regime político; [...] os povos não se adaptam a umas instituições políticas quaisquer, senão àquelas que são a significação natural e espontânea da sua idiossincracia, o *aboutissement* lógico da sua história, da sua evolução e de todo o condicionalismo da sua existência. Em resumo, as instituições políticas de um povo não são de tirar e pôr: constituem uma emanção da própria raça, uma manifestação característica do seu mesmo ser, como a língua, o sentimento, a arte, a literatura, a religião, a consciência jurídica, as formas da constituição familiar...»

A resposta prossegue com um paralelo entre as experiências republicanas em Espanha e em Portugal (ambas caóticas, mas relevando o autor em Espanha a auto-consciência da inaptidão republicana) para concluir que «o que isto realmente demonstra é a inadaptilidade do regime republicano às nações da raça ibérica; inadaptilidade contra que nada provam as Repúblicas da América latina, antes a confirmam com o seu desregramento administrativo, as suas oligarquias, a sua permanente desordem política, que na Europa já teria determinado ou a mutação de instituições nesses países, ou a sua absorção por outros que lá dentro impusessem a ordem. E a inviabilidade de um regime de formas nimamente democráticas compreende-se muito bem ao tratar-se dos povos peninsulares cujos excessos de temperamento precisam de ser contidos por uma autoridade sólida e cujas inconsequências, cuja insegurança de opinião, cuja nativa mobilidade de impressões e de resoluções, cuja defeituosa educação política, influenciando os elementos mutáveis do governo (os parlamentos, os ministérios) carecem de ser atenuados pela existência dum poder fixo cuja transmissão se efectue automaticamente segundo regras pré-estabelecidas e que se exerça numa órbita inatingível às irraciocinadas inconstâncias da multidão, por assim dizer afrouxando-as como um pára-choques. Esse é o poder real; não o *poder pessoal* como dizem alguns intentando uma grosseira confusão de palavras, mas sim o que constitui o exercício legítimo e normal da magistratura régia conforme as atribuições estatuídas na lei política fundamental do país.»

³⁶ N.º 27, pp. 1-9.

E remata em tom mais pragmático: «Nós, os monárquicos, procurando a destruição da República, não corremos atrás de uma fórmula. Isso fizeram-no os republicanos (falo dum ou doutro que no meio daquela horda facinorosa e esfaimada possa ter concebido intenções sinceras) quando, em frente de uma situação nacional realmente insatisfatória, imaginaram porventura redimir a pátria substituindo-lhe por outras as suas instituições próprias e tradicionais.

Esses sim, que fizeram metafísica. A nossa questão, pelo contrário, é muito positiva, muito chã e duma simplicidade que não pode ser excedida.

As condições do país sob a Monarquia seriam o que os republicanos quizerem. Mas:

As despesas públicas eram menores;

as receitas eram mais avultadas;

devia-se menos;

era menor o *déficit* comercial; era menor a circulação fiduciária e mais volumosas as reservas metálicas que lhe serviam de garantia no Banco emissor;

os cofres do Estado tinham mais dinheiro;

emigrava-se menos;

não havia penitenciárias nem exilados políticos;

mantinha-se a ordem;

os serviços públicos corriam melhor, desempenhados por um pessoal mais inteligente e sabedor;

assegurava-se o respeito pelos direitos públicos e privados do cidadão, a principiar pelo direito à vida;

possuía-se um exército pelo menos disciplinado;

gozava-se uma situação internacional que chegou a ser brilhante;

a economia pública e privada florescia; aumentava a riqueza nacional; a agricultura, o comércio e, em certa escala, a indústria, progrediam gradual e incessantemente;

não faltavam braços para o trabalho nem ocupação para os trabalhadores;

ganhava-se mais;

a vida era mais barata;

pagava-se menos de impostos.»³⁷

Esta teorização foi complementada alguns meses volvidos, no intróito a uma entrevista a D. Manuel II:

«Já lá vai o tempo em que Thiers, lembrando a célebre alusão do polaco Zamoyski a Segismundo III — *o Rei reina mas não governa* — pretendia fazer dela como que a chave do sistema monárquico representativo, no sentido de privar a magistratura régia de toda a colaboração oficial inteligente e autónoma, na gerência dos negócios públicos.

Eram os tempos ideológicos do direito constitucional no continente da Europa.

[...] Não viram os inventores de tal sistema o que havia de aberrativo neste insubsistente artifício [...].»³⁸

Os números 16 a 18 e 20 a 21 (Fevereiro – Março de 1913) constituem-se como o **segundo tempo da progressão propagandística com vista à restauração**. Explanada a doutrina, seria agora a vez de dar a palavra a quem pudesse cabalmente demonstrar que a Monarquia tinha um projecto e que este era válido, necessário e exequível — as entrevistas a D. Manuel II e a Léon Poincard.

A entrevista a D. Manuel II³⁹ foi concedida no Palacete de Richmond e alinou-se pelos seguintes tópicos, elencados por Aníbal Soares:

³⁷ Cf. n.º 3, pp. 1-8.

³⁸ N.º 16, p. 2. Ironicamente, Aníbal Soares não resistiu à retórica e acompanhou este libelo anti-constitucional com a consideração de que se poderia «afoitamente assegurar, por exemplo, que nem a Inglaterra, nem a Alemanha, nem a Itália, nem a Espanha, nem, mais recentemente, a Bulgária, disfrutariam as vantagens da sua actual situação interna e externa, sem o concurso da inteligência, da iniciativa e do tacto político dos seus últimos soberanos, cuja obra é conhecida e notória.» (*Idem*, p. 4). De facto, uma afirmação afoita nas vésperas da 1ª Guerra Mundial...

³⁹ Publicada ao longo dos números 16, 17 e 18 (Fevereiro de 1913).

- “O Sr. D. Manuel II e as questões sociais” [n.º 16, pp. 7-11];
- “O Proletariado e a República” [n.º 16, p. 11-n.º 17, p. 2];
- “As questões financeiras no presente e no futuro” [n.º 17, pp. 2-6];
- “Questões económicas. Um grande plano d’El-Rei” [n.º 17, pp. 6-11, sobre o plano de irrigação nacional para fomento da agricultura];
- “A Monarquia, condição da ordem” [n.º 17, pp. 11-12];
- “Algumas palavras sobre o domínio colonial” [n.º 17, p. 12];
- “A perseguição religiosa” [n.º 18, pp. 1-2];
- “Os mortos, os presos, os exilados. A mulher portuguesa e a República” [n.º 18, pp. 3-4];
- “A Monarquia em Portugal” [n.º 18, pp. 4-6];
- “A obra da República. Um confronto. Quadro da situação nacional” [n.º 18, pp. 6-9];
- “Como o Sr. D. Manuel II encara a sua função. Uma declaração política d’El-Rei” [n.º 18, pp. 10-11].

Nesta longa entrevista o rei deposto falou como líder de um “governo-sombra”, pronto a entrar em funções assim que terminasse o “interregno republicano”.

A entrevista a Léon Poincard⁴⁰, concedida em Berna, percorreu os seguintes temas:

- “Impressões de Portugal. A vida social e política” [n.º 20, pp. 9-11];
- “A contribuição predial. A guerra aos ricos. «Como nódoa de azeite»” [n.º 20, p. 11-n.º 21, p. 2];
- “A desorganização da família” [n.º 21, pp. 2-4];
- “A campanha anti-religiosa” [n.º 21, pp. 4-5];
- “A questão da emigração e as inefáveis xôixices do Sr. Bernardino” [n.º 21, pp. 5-7];
- “O que conta o Sr. Poincard d’El-Rei D. Manuel – um soberano revelado por um sábio. «O Rei dos que trabalham»” [n.º 21, pp. 8-9];
- “Um questionário característico. Um rei revelado por ele mesmo” [n.º 21, p. 10];
- “Depois da Revolução. Um novo encontro em Berna. As últimas palavras do Sr. Poincard” [n.º 21, pp. 10-12].

Ao longo da entrevista Poincard manteve a educação do cientista face ao propagandista. Admitiu não conhecer a situação actual do País, recusou-se a imiscuir-se nas questões internas portuguesas e queixou-se da tradução portuguesa da sua obra. Esquivou-se sempre a pronunciamentos concretos, mantendo-se no plano das conceptualizações. Admitiu a enorme simpatia por D. Manuel e a boa impressão que este lhe causou. Revela-se nesta entrevista o questionário que D. Manuel dirigiu a Poincard aquando da sua estadia em Portugal⁴¹.

Apesar do balanço positivo que Aníbal Soares fez das suas entrevistas⁴², a verdade é que ambas foram largamente falhadas. A permanente anulação do discurso directo pela descritiva do entrevistador (frequente ao género jornalístico na época) deixou à vista o quanto os entrevistados ficaram aquém dos propósitos de Aníbal Soares — de forma estrondosa no caso de Poincard, mais mitigada com D. Manuel (de que sobressaiu uma postura de Estado e o tacto nas palavras).

Finalmente, um **terceiro tempo na consideração da “inevitável” restauração monárquica foi iniciado na já referida “Carta a um oficial do Exército”**: após a doutrina, após o projecto, tratava-se de explicar as condições concretas em que tal restauração deveria assentar.

A propósito de dois artigos de *O Dia*, versando os moldes em que deveria operar-se a restauração monárquica, Aníbal Soares junta as suas considerações: a Monarquia restaurada não deveria utilizar os métodos da República, privilegiando antes a expressão

⁴⁰ Léon Poincard (1857-1917), sociólogo francês convidado em 1909 por D. Manuel II para percorrer Portugal com o objectivo de estabelecer uma reforma económica e social do País. Desse trabalho resultou o livro *Le Portugal Inconnu* (trad. portuguesa, *Portugal Ignorado*, 1912). Esta entrevista foi publicada ao longo dos números 20 e 21 (Março de 1913).

⁴¹ N.º 21, p. 10.

⁴² N.º 22, pp. 1-7.

eleitoral como forma de depuração da classe política, sem incorrer em purgas administrativas. Consta que «a Monarquia como estava não pode continuar.»⁴³

Em número posterior⁴⁴, Aníbal Soares retomou a questão no mesmo ponto, divergindo das propostas de *O Dia* e defendendo a manutenção da Carta Constitucional, com alguns retoques orgânicos (alterações ao Conselho de Estado, à Câmara dos Pares). Não vê também, ao contrário do seu correligionário de imprensa, que fosse necessário rever a composição da corte. Para o autor, o que «importa modificar, na Monarquia restaurada, são os costumes e os processos de governo.»⁴⁵

Finalmente, na que será a última consideração sobre o tema nas páginas da ***Crónica do Exílio***⁴⁶, Aníbal Soares indica como males da Monarquia “interrompida” em 1910 a «incúria na administração pública; insuficiência, se não sempre de capacidade, ao menos de desafogo de vistas e de preparação governativa num bom número dos seus dirigentes; um excessivo e ininteligente egoísmo político, nos homens e nos partidos, levando por um lado à pulverização destes até ao infinito, por outro às mais baixas e desmoralizadoras transigências com as facções revolucionárias. [...]

Da Monarquia o que o país quererá, fundamentalmente, não é que os seus estadistas abandonem o ponto de vista partidário [...]. Mas que o *partidarismo* se identifique menos com o *personalismo*, transferindo-se as competições [...] para um campo de princípios e programas de governo [...].

Isto, uma visão mais elevada da vida política, que não é, não pode ser, a nossa tradicional e morrinhenta “regedoria”, a compreensão de que o país está material e moralmente num atraso de que precisa ressarcir-se e luta com dificuldades financeiras e económicas de que só podem tirá-lo iniciativas prudentes mas ousadas; a implantação de normas de tolerância que nos europeizem, arrancando-nos sob esse ponto de vista ao grupo social dos botocudos e dos papuás; a firme manutenção da ordem em toda a ampla extensão desta palavra — eis num breve apontado [...] aquilo que a nosso ver contentaria pelo momento a opinião pública dentro do regime monárquico restaurado.»

Adverte ainda «que é mister não confundir com uma revolução» estas reformas preconizadas.

E conclui, sobre a matéria humana que haveria que realizar esta restauração: «Sem dúvida, entre o antigo pessoal da Monarquia alguns homens há, de tal maneira identificados com uns inadmissíveis processos de administração e de política, que esses homens *não podem* voltar a governar o país.»

A ***Crónica do Exílio*** terminou a sua publicação ao número 39⁴⁷, de Outubro/Novembro de 1913, sem anúncio prévio.

Pedro Mesquita

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012

BIBLIOGRAFIA:

- CABRAL, António - *As Minhas Memórias de Jornalista : Cenas da Política, Lutas da Imprensa, Cartas Inéditas*. Lisboa: Edições Gama, 1949.

- *Dicionário cronológico de autores portugueses*, vol. III, Mem Martins: Publicações Europa-América, [1994].

⁴³ N.º 28, pp. 1-8.

⁴⁴ N.º 30, pp. 1-10

⁴⁵ *Idem*, p. 10

⁴⁶ N.º 31, pp. 1-9.

⁴⁷ N.º quádruplo, 36/39.

- *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.
- LEMOS, Mário Matos e - *Jornais diários portugueses do século XX : um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, [2006].
- PIRES, Daniel - *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996.
- *O Portal da História : Documentos Políticos da História de Portugal : Carta de um Velho a um Novo, de Ramalho Ortigão, nota 4*. [Em linha] [Consult. 11 Fev 2012] Disponível na WWW: <URL http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/ramalho_velhoanovo.html#n04>].
- *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1991.
- SOARES, Aníbal - *Ambrósio das Mercês (memórias)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [1986].